

**Relatório
Semestral de
Investimentos**

**2º Semestre
2025**



© Instituto de Previdência do Município de João Pessoa. TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.

Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP) - Instituto de Previdência do Município de João Pessoa (IPMJP). **Relatório de Governança Corporativa.** 1ª Edição. João Pessoa, 2024.

INFORMAÇÕES E CONTATO

Instituto de Previdência do Município de João Pessoa (IPMJP) | CNPJ: 40.955.403/0001-09
Rua Engenheiro Clodoaldo Gouveia, 166. Centro, João Pessoa – PB. CEP: 58013-370
Telefone e Whatsapp: (83) 3222-1005 | www.ipmjp.pb.gov.br

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Superintendente:

Caroline Ferreira Agra

Superintendente Adjunto:

Rodrigo Ismael da Costa Macedo

Chefe da Divisão de Administração e Finanças:

Suzana Sitônio de Eça

Chefe da Divisão de Tecnologia da Informação:

Higor Delgado Leite Benício

Chefe da Divisão de Previdência:

Yuri Veiga Cavalcanti

Chefe da Assessoria de Gabinete do Superintendente:

Victor Assis de Oliveira Targino

Chefe da Assessoria Jurídica:

Carlos Eduardo dos Santos Farias

Chefe da Assessoria de Controle Interno:

Ernesto Fialho Pessoa

Chefe da Assessoria de Comunicação Social:

Francisco Emerson de Lucena Neto

Chefe da Assessoria de Secretaria Pessoal:

Jéssyca Patrícia Paiva Marques Brasileiro

Chefe da Assessoria de Investimentos:

Ayrton Ciraulo Neto

Chefe da Ouvidoria:

Leonardo Neiva de Gouvêa Ribeiro

Chefe da Seção de Compras, Contratos e Patrimônio:

Isabella Duarte Gouvêa

Chefe da Seção de Contabilidade, Orçamento e Finanças:

Soraia Dias Monteiro

Chefe da Seção de Administração Geral:

Nathália Palmeira Silva Coutinho

Chefe da Seção Folha de Benefícios:

Karla Janaina Vergara de Sá

Chefe da Seção de Gestão de Tecnologia da Informação:

Eneas Lyra de Albuquerque

Chefe da Seção Desenvolvimento:

Thiago Henrique Sena de Souza

Chefe da Seção de Compensação Previdenciária:

Ana Paula Barreto Aquino

Chefe da Seção de benefícios:

Milena Medeiros de Alencar Feitosa Coutinho Torres

Chefe da Seção de Gestão de Pessoal:

Camila Pires de Sá Mariz Maia

CONSELHO PREVIDENCIÁRIO

Biênio (2023 – 2024)

Superintendente do IPM/JP – como Membro nato, Presidente do Conselho:

Titular: Caroline Ferreira Agra

Suplente: Rodrigo Ismael da Costa Macedo

Servidor Ativo, indicado pelo Prefeito:

Titular: Camila Pires de Sá Mariz Maia

Suplente: Rodrigo Hallan de Freitas Teixeira

Servidor Inativo ou Pensionista, indicado pelo Prefeito:

Titular: José Augusto de Araújo Souza

Suplente: Kelma Maria Pereira Dionísio

Representante da Sociedade Civil:

Titular: Aldrovando Grisi Júnior

Suplente: Diego Fernandes Hermínio

Servidor Ativo, indicado por Associação de Classe:

Titular: Benilton Lúcio Lucena da Silva

Suplente: Valdegil Daniel de Assis

Servidor Inativo ou pensionista, indicado por Associação de Classe:

Titular: José Jansen

Suplente: Francisco Viana Garcia

Servidor Inativo ou Pensionista, indicado por Associação de Classe:

Titular: Luiz Carlos Fernandes de Souza

Suplente: Ednaldo José da Silva

Servidor Ativo indicado pelo Presidente da Câmara:

Titular: Marcone Bandeira Alves

Suplente: Rafael Barbosa Damasceno

CONSELHO FISCAL

Biênio (2023-2024)

Servidor Ativo, Aposentado ou Pensionista indicado pelo Prefeito

Titular: Antônio Henrique Gomes dos Santos

Suplente: Karina Leal Ernesto de Amorim

Servidor Ativo, Aposentado ou Pensionista indicado pelo Prefeito:

Titular: Joseane Farias de Souza

Suplente: Daniela Araújo Agostinho Fontes

Servidor Ativo, Aposentado ou Pensionista indicado pelo Prefeito:

Titular: Milena Medeiros de Alencar Feitosa

Suplente: Érico Heyller Medeiros de Alencar

Servidor Ativo, Aposentado ou Pensionista indicado por Associação de Classe:

Titular: Alex Maia Duarte Filho

Suplente: Gustavo Bedê Aguiar

Servidor Ativo, Aposentado ou Pensionista indicado por Associação de Classe:

Titular: Fábio Gomes da Silva

Suplente: Francisco Varela B. Júnior

FICHA TÉCNICA

Elaboração

Ayrton Ciraulo Neto - Chefe da Assessoria de Investimentos

Samuel Henrique Schuler Norat - Gerente do Fundo Previdenciário

Revisão

Joseane Farias de Souza - Analista Previdenciário/Arquivista

1 INTRODUÇÃO

O Instituto de Previdência do Município de João Pessoa (IPMJP) é a autarquia responsável por gerir a previdência dos servidores efetivos da Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP). Foi criado em 1984 e reestruturado em 2005 com a edição da Lei Municipal nº 10.684, que criou um novo plano de benefícios e adotou outras providências no âmbito previdenciário municipal.

Em cumprimento às normas previdenciárias regulamentares, com vistas a regularizar a situação previdenciária do Ente Municipal, foi implementada a segregação das massas aos segurados do RPPS, através da Lei Municipal nº 10.460, de 21 de janeiro de 2013, bem como realizada nova reestruturação organizacional do IPMJP, nos termos da Lei Municipal nº 10.466, de 25 de janeiro de 2013.

Essa segregação de massas criou dois fundos, o Financeiro (FUNFIN), que tem como escopo custear as despesas previdenciárias dos segurados admitidos nos quadros do município até 31 de dezembro de 2009 e os seus dependentes; e o Previdenciário (FUNPREV), que objetiva custear as despesas previdenciárias dos segurados admitidos nos quadros municipais a partir de janeiro de 2010, assim como seus dependentes. Ressalta-se que todo o montante revertido para o FUNPREV é capitalizado constituindo uma reserva financeira para o pagamento de futuros benefícios previdenciários.

Quanto às alíquotas das contribuições previdenciárias, foram publicadas em âmbito municipal a Lei Ordinária nº 13.980, de 03 de julho de 2020 e a Medida Provisória nº 03, de 29 de janeiro de 2021, que estabeleceram modificações na contribuição patronal do município e na contribuição social do servidor público municipal. Atualmente, portanto, tem-se uma alíquota patronal de 28% para o grupo pertencente ao FUNFIN e 16,5% para o grupo pertencente ao FUNPREV. Por sua vez, a contribuição social do servidor público municipal ativo e inativo e os respectivos pensionistas, tanto do FUNFIN quanto do FUNPREV é de 14%.

Quanto ao plano de benefícios previdenciários, estão vigentes as normas previstas na Lei Municipal nº 10.684/2005 e suas alterações. Em atenção à Emenda Constitucional nº 103/2019, o IPMJP em conjunto com Executivo Municipal e o Legislativo deliberaram acerca da Reforma da Previdência Municipal que resultou na Emenda à Lei Orgânica nº 32/2021, cuja vigência teve início em 02 de julho de 2021.

Desde a adesão ao Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (PRÓ-GESTÃO RPPS), em 2019, o IPMJP tem se empenhado em garantir a transparência e a prestação de contas da gestão. O Instituto detém o nível III do programa, sendo assim, uma das três capitais do nordeste a receber tal certificação.

Em relação ao Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), disposto no Decreto nº 3.788/01, foi emitido para esta autarquia em 22 de janeiro de 2026 com validade até 21 de julho de 2026, atestando, assim, o cumprimento dos critérios e exigências estabelecidas na Lei nº 9.717/98, pelos Regimes Próprios de Previdência Social dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

O Fundo Municipal de Previdência (FUNPRE) – Setor de Investimentos do IPMJP - foi instituído em 2012 com a finalidade de gerir os recursos do fundo previdenciário de modo a alcançar o equilíbrio atuarial deste Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e é o responsável pelo assessoramento do Comitê de Investimentos (COI) do Instituto.

O setor conta com a atuação do Gerente de investimentos, bacharel em Direito e Ciências Contábeis, com Certificação Profissional da Secretaria de Previdência - SPREV, nível Básico. Além de servidores qualificados e especializados atuando no setor, o IPMJP conta com o apoio da Assessoria e Consultoria em investimentos de recursos previdenciários da empresa LEMA Economia e Finanças. O Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência do Município de João Pessoa, é formado por 5 servidores sendo eles, Diretor Financeiro, Diretor de Previdência, Chefe da Assessoria de Investimentos e dois Representantes dos Servidores Ativos e Inativos. O COI IPMJP realiza reuniões ordinárias mensais onde deliberam principalmente acerca da otimização da carteira de investimentos e consequente aquisição de ativos para o portfólio do fundo.

Por fim, em virtude dos fatos mencionados, compreendendo a complexidade das informações relacionadas aos RPPS e da importância da transparência pública e da prestação de contas, esse relatório apresenta as informações detalhadas sobre os resultados consolidados da carteira de investimentos do Fundo Previdenciário relativas ao segundo semestre de 2025.

2 RETROSPECTIVA MACROECONÔMICA

O segundo semestre de 2025 consolidou um cenário de divergência e ajuste entre as economias global e doméstica. No plano internacional, o período foi marcado pela

reação das cadeias globais às novas políticas comerciais dos EUA, com o chamado "tarifaço" gerando volatilidade e forçando o Federal Reserve a acelerar cortes de juros para mitigar riscos recessivos. Enquanto isso, a China buscou estabilizar seu setor imobiliário com novos estímulos, mantendo a demanda por commodities em patamares resilientes apesar da desaceleração industrial.

No Brasil, o semestre foi caracterizado por uma postura monetária rígida, com a Selic atingindo o patamar de 15% para combater uma inflação de serviços persistente e o desancoramento das expectativas fiscais. Embora o PIB tenha demonstrado sinais de arrefecimento na metade final do ano, o mercado de trabalho permaneceu aquecido, com níveis de desemprego historicamente baixos. O período encerrou-se com uma melhora marginal na percepção de risco fiscal, permitindo que o real recuperasse parte do valor frente ao dólar, enquanto o mercado financeiro redirecionava o foco para as reformas estruturais previstas para 2026.

a Bolsa brasileira apresentou um desempenho surpreendente no segundo semestre, consolidando uma alta acumulada de 33,9% no ano, o melhor resultado anual desde 2016. Mesmo com a Selic mantida em patamares elevados, o Ibovespa encerrou dezembro na casa dos 161 mil pontos, impulsionado por um movimento de correção de preços, já que os ativos eram negociados a múltiplos historicamente baixos. A entrada de capital estrangeiro e a resiliência de setores como o de construção civil e educação compensaram a volatilidade nas commodities. Esse otimismo foi sustentado pela percepção de que, apesar dos riscos fiscais, o Brasil oferecia um prêmio de risco atraente em comparação a outros mercados emergentes, especialmente diante do arrefecimento do dólar, que recuou cerca de 11% frente ao real ao longo de 2025.

3 RENTABILIDADE DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2025

3.1 Estratégias adotadas no primeiro semestre

No segundo semestre de 2025 a estratégia do IPMJP consistiu, majoritariamente, em incrementar sua posição em NTN-B com recursos advindos de contribuições previdenciárias e pagamento de cupons de outras NTN-B, haja vista a oportunidade atrativa sinalizada pelas taxas do Tesouro Nacional que permanecem em patamares elevados, permitindo que se atinja a meta atuarial com o reduzido nível de risco

proporcionado por um título da dívida soberana do país. Desta forma, unindo oportunidade e conveniência o comitê optou pela aquisição de tal ativo.

Informamos que as atas detalhadas das reuniões do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência do município de João Pessoa podem ser acessadas pelo link:

https://www.ipmjp.pb.gov.br/site/governanca/comite_de_investimentos/atas_de_reunioes/6

3.2 Composição atual da carteira

Enquadramento dos investimentos em junho de 2025

Enquadramento	Percentual	Estratégia Alvo	Valor
Artigo 7º, Inciso I, alínea “a”	55,04%	15%	R\$ 439.617.804,15
Artigo 7º, Inciso I, alínea “b”	8,48%	11,50%	R\$ 67.707.595,75
Artigo 7º, Inciso III, alínea “a”	16,15%	1%	R\$ 129.025.381,83
Artigo 7º, Inciso IV	7,87%	5%	R\$ 62.854.379,89
Artigo 7 , Inciso V, Alínea “b	0,00%	55%	R\$ 0,00
Artigo 8º, Inciso I	11,19%	0,50%	R\$ 89.349.914,13
Artigo 9º, Inciso II	0,23%	1%	R\$ 1.823.813,36
Artigo 9º, Inciso III	0,11%	10%	R\$ 899.066,34
Artigo 10º, Inciso I	0,85%	0,50%	R\$ 6.750.388,30
Artigo 10º, Inciso II	0,09%	0,50%	R\$ 741.142,08
Total	100%	100%	R\$ 798.769.485,83

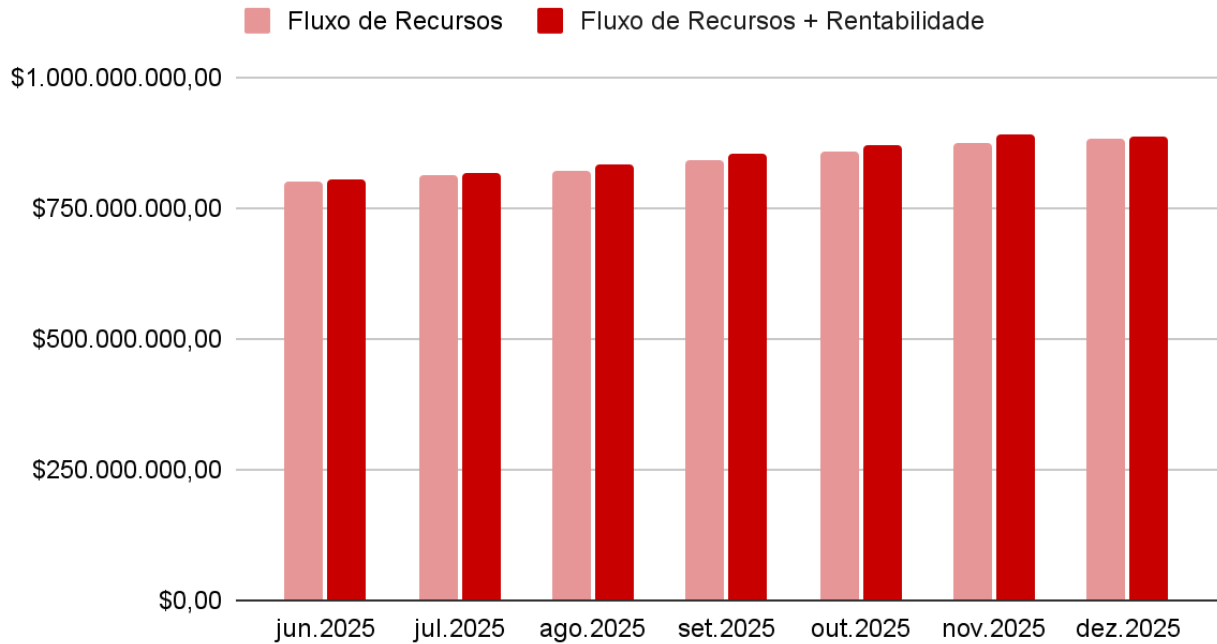
Enquadramento dos investimentos em dezembro 2025

Enquadramento	Percentual da Carteira	Estratégia Alvo	Valor
Artigo 7º, Inciso I, alínea “a”	58,12%	55%	R\$ 514.669.362,20
Artigo 7º, Inciso I, alínea “b”	7,08%	15%	R\$ 62.691.053,62
Artigo 7º, Inciso III, alínea “a”	14,94%	5%	R\$ 132.294.165,87
Artigo 7º, Inciso IV	7,42%	10%	R\$ 65.689.039,91
Artigo 7 , Inciso V, Alínea “b”	0,00%	1%	R\$ 0,00
Artigo 8º, Inciso I	11,21%	11,50%	R\$ 99.287.788,16
Artigo 9º, Inciso II	0,23%	0,50%	R\$ 2.011.464,64
Artigo 9º, Inciso III	0,12%	0,50%	R\$ 1.069.601,42
Artigo 10º, Inciso I	0,82%	1%	R\$ 7.250.029,02
Artigo 10º, Inciso II	0,07%	0,50%	R\$ 625.175,19
TOTAL	100%	100%	R\$ 885.587.680,03

3.3 Fluxo de caixa dos investimentos e evolução do Patrimônio Líquido

No que versa o fluxo dos investimentos do segundo semestre, considerando rentabilidade consolidada e os aportes mensais dos repasses previdenciários, pode-se observar no gráfico abaixo um crescimento de 10,87% da carteira, correspondendo a um aumento de R\$ 86.818.194,20 entre junho e dezembro de 2025.

Evolução Patrimônio Líquido



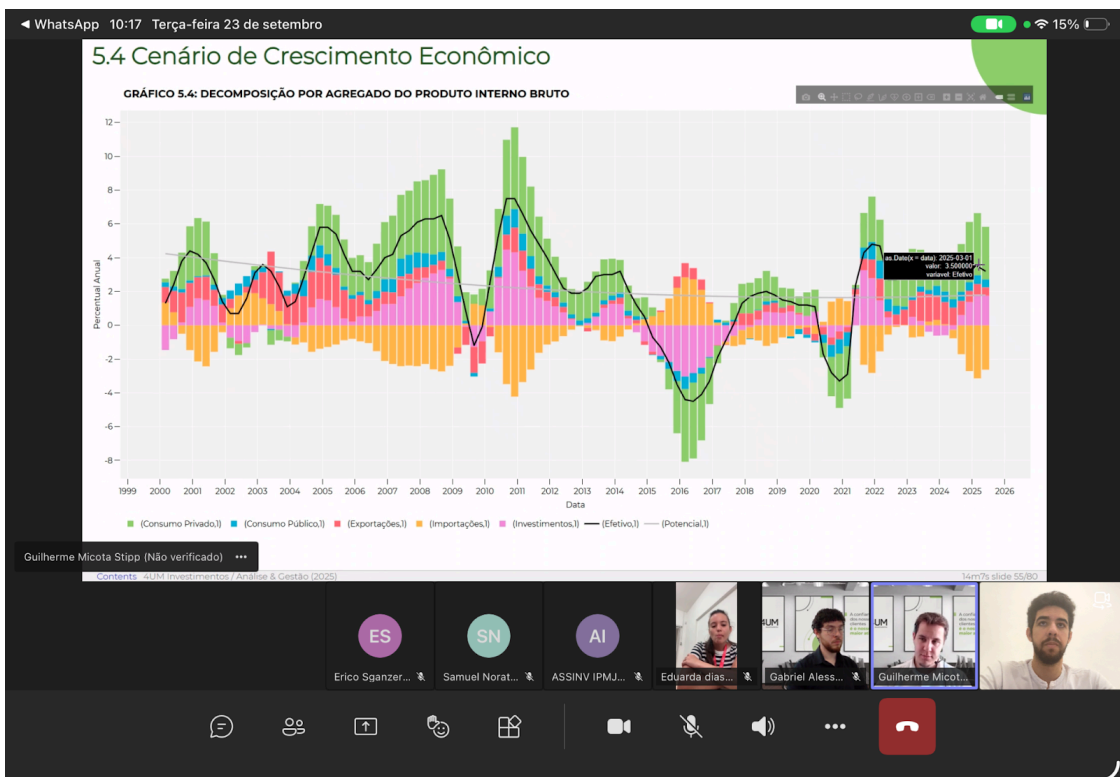
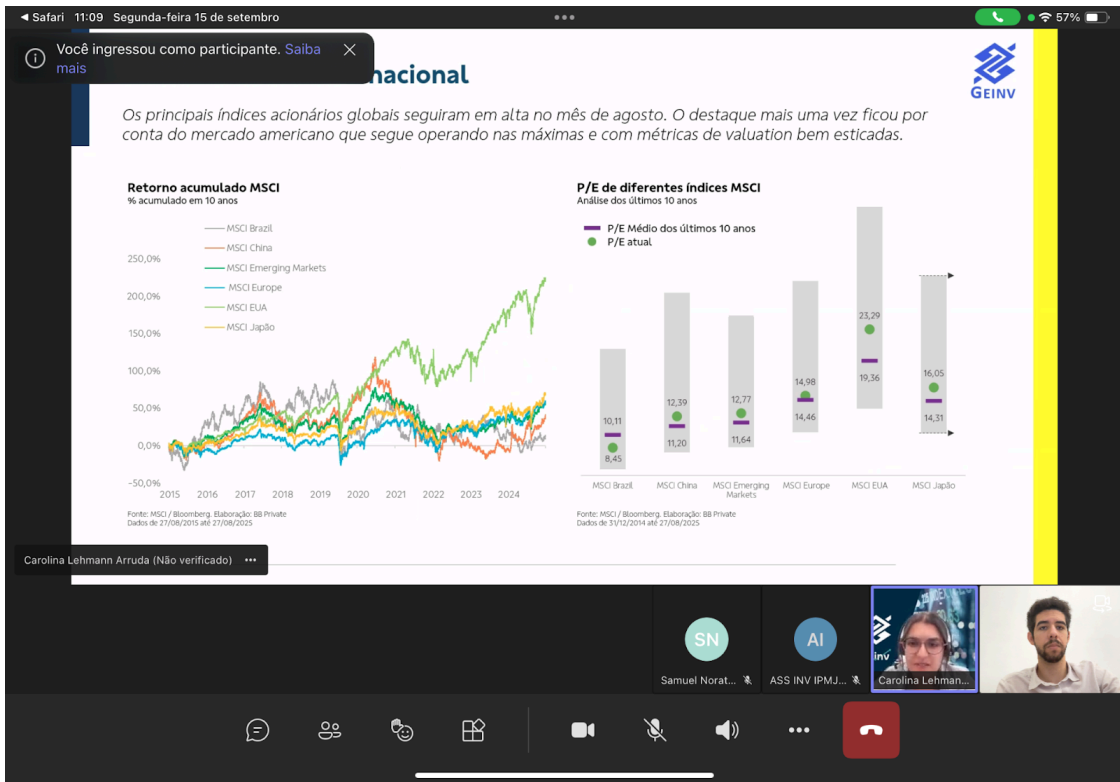
3.5 Atribuição de Resultado

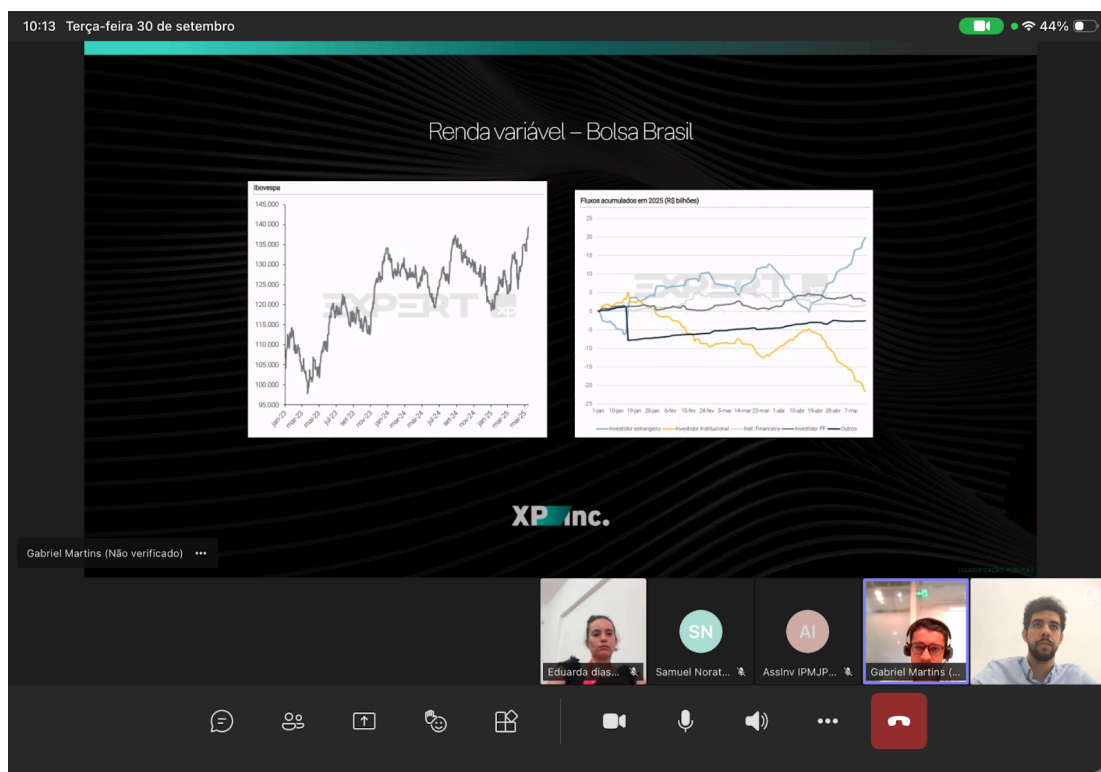
Os resultados do 2º semestre de 2025 foram estáveis. A carteira do fundo previdenciário apresentou valorização de 5,85%, superando a meta atuarial de 3,87%. Tais resultados refletem a composição da carteira, que se posiciona majoritariamente em títulos públicos, mas contém participação no mercado de renda variável, o que permite obter um nível de risco menor, obtido pelos títulos públicos, mas ainda estar exposto a um maior nível de retorno, proporcionado pela renda variável. Esse maior nível de retorno da renda variável no semestre auxiliou o maior retorno obtido pela carteira.

O Ibovespa obteve valorização de 16,04% no semestre mencionado, mantendo a tendência de alta do início do ano de 2025. Apesar da alta da bolsa, o período foi marcado por um cenário político e fiscal ainda conturbado, ocasionando à resistência das elevadas taxas dos títulos públicos do tesouro nacional e manutenção da taxa SELIC no patamar de 15% ao ano.

4 ACOMPANHAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

No que se refere ao acompanhamento, cumpre informar que a Assessoria de Investimentos realiza periodicamente reuniões com as instituições financeiras, no sentido de analisar relatórios analíticos de rentabilidade, análise de novos produtos ofertados bem como estudo de carteira e estratégias para alocação dos recursos.





5 PERSPECTIVAS PARA O PRIMEIRO SEMESTRE DE 2026

O primeiro semestre de 2026 inicia-se sob o signo de uma "transição vigilante". No cenário internacional, o foco recai sobre a resiliência dos EUA, onde o Fed manteve os juros na faixa de 3,5% a 3,75% em janeiro, sinalizando uma pausa cautelosa enquanto monitora a inflação e a troca de liderança na autarquia prevista para maio. Na China, o governo busca defender a meta de crescimento de 5%, equilibrando o suporte fiscal contra a crise imobiliária e as tensões tarifárias.

No Brasil, o ano começou com um alento: pela primeira vez em mais de um ano, as projeções do Focus para a inflação de 2026 caíram para 3,99%, dentro da meta. Isso fortalece a aposta do mercado em um ciclo de cortes na Selic a partir deste semestre, com a taxa podendo recuar dos atuais 15% para 12,25% até o fim do ano. Embora o PIB projete um avanço moderado de 1,8%, o controle de preços e a valorização do real em 2025 criam um ambiente favorável para que o consumo e o crédito ganhem fôlego, consolidando o "momentum" positivo observado na Bolsa no encerramento do ano

anterior. Contudo, o cenário para 2026 exige vigilância, uma vez que o período eleitoral pode ocasionar certas oscilações no mercado de ativos.

Diante do cenário desafiador e de incerteza, a carteira do IPM se mantém em uma posição conservadora, composta majoritariamente por títulos públicos, em especial aqueles atrelados à inflação. Por conseguinte, mantém-se resguardada quanto a tais instabilidades econômicas que poderiam gerar perda de rentabilidade durante o período.